

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 41ª Reunião do GT-Qualidade

Grupo de Trabalho:	Qualidade (CT-MH)
Reunião:	41ª Reunião do GT-Qualidade
Data:	12/08/2025 - 09h30
Local:	Videoconferência (<i>link: meet.google.com/hsu-yfuz-ggd</i>)
Assunto(s) em discussão:	Nesta reunião, foram abordados temas relacionados à implantação e manutenção das estações de monitoramento da qualidade da água, à atualização do Boletim Quali-Quantitativo e do Procedimento Operacional Padrão (POP), além da apresentação das melhorias e novas funcionalidades do Sistema Integrado de Monitoramento da Qualidade das Águas (SIMQUA).
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da Memória Técnica da 40ª Reunião do GT-Qualidade, realizada em 10/06/2025; 3. Informes; 4. Dados externos no SIMQUA; 5. Outros assuntos; 6. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A reunião foi aberta pela Sra. Lilian Peres (Cetesb), coordenadora do GT-Qualidade, que agradeceu a presença dos membros e iniciou a reunião. Quanto ao item 2, a Sra. Lilian informou que foi enviado junto da convocação a minuta da memória técnica da 40ª Reunião do GT-Qualidade, realizada em 10/06/2025, por videoconferência. Questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada. Colocou a minuta em votação, sendo aprovada por todos. Quanto ao item 3, sobre os informes: a) O Sr. Eduardo Leo (Agência das Bacias PCJ) informou que a contratação dos serviços de manutenção da rede de monitoramento está na fase final de assinaturas. A proposta é realizar a manutenção em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Centro Tecnológica de Hidráulica (FCTH), com previsão de emissão da ordem de serviço logo após a finalização do processo de assinaturas. Os serviços incluirão manutenções preventivas e corretivas, operação de radar meteorológico, gerenciamento de dados e apoio à Sala de Situação PCJ, além de incluir as estações da Cetesb que estão instaladas e que se encontram em processo de aquisição. Em complemento, o Sr. Luis Altivo Carvalho Alvim (Cetesb) destacou que as autorizações estão em andamento, o contrato FEHIDRO está assinado, os locais definidos e as solicitações de compras já foram encaminhadas. Além disso, informou que não houve impedimentos por parte dos proprietários nos locais de instalação, sendo o próximo passo a formalização das autorizações. Na sequência, a Sra. Lilian comunicou que a instalação das estações deve ser concluída até o final de 2025, apesar dos prazos do FEHIDRO; b) A Sra. Cátia Andersen Casagrande (SP Águas) informou que o boletim quali-quantitativo vem sendo publicado mensalmente, após validação da Cetesb. Além disso, explicou que até o dia 13/08/25, as contribuições seriam inseridas na minuta do Procedimento Operacional Padrão (POP) do sistema de alerta, incluindo instruções de acesso aos dados do SAISP e a substituição do mapa dos pontos de monitoramento por um mapa contendo apenas os pontos do rio Piracicaba. Quanto ao item 4, O Sr. Luís Altivo destacou os avanços do Sistema Integrado de Monitoramento da Qualidade das Águas (SIMQUA), que agora receberá dados de entidades externas para melhorar o diagnóstico ambiental e a disponibilidade dos dados de qualidade da água. Informou que as entidades responsáveis por monitoramento poderão ser cadastradas e utilizarão as funcionalidades de validação de dados, onde a origem dos

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior do Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 41ª Reunião do GT-Qualidade

dados será identificada. Na sequência, o Sr. Valter Ferreira (Cetesb) realizou uma demonstração, detalhando as visões dos usuários públicos (visitantes, internautas, anônimos) e usuários autenticados (logados/cadastrados). Para os usuários públicos: Na seção "situação atual", é possível segregar estações de entidades externas e da Cetesb, e ao passar o cursor sobre uma estação, o sistema exibe a entidade responsável. Na seção "dados históricos", "atendimento à legislação" e "estatística", o nome da entidade responsável agora aparece associado à estação. Na seção "estações", o grande destaque é o filtro por entidade responsável, permitindo visualizar estações específicas de cada entidade. Para os usuários autenticados: A plataforma permitirá acesso a módulos restritos e será possível ver apenas as estações de sua própria entidade para garantir a segurança. Explicou que o sistema possui ferramentas automáticas de validação de dados, como testes de faixa, que classificam como inválidos os dados fora dos limites técnicos, não os exibindo na visualização pública. Informou que o sistema está pronto para receber dados externos via *Application Programming Interface* (API), uma interface de comunicação entre sistemas, com requisitos técnicos e suporte da Cetesb. Além disso, descreveu outras sessões disponíveis para o usuário autenticado, como a sessão de "dashboard", onde a entidade externa pode acompanhar ocorrências de suas estações como falhas de transmissão ou ausência de dados. A sessão de "ficha de visita eletrônica" permite o registro padronizado de manutenções e verificações das estações e equipamentos. A sessão de "alarmes" possibilita configurar alertas com base em limites de parâmetros ou outros eventos, com encaminhamento por e-mail, SMS ou Teams. O Sr. Valter explicou que o sistema oferece dois tipos de relatórios: informativos (associados a dados ambientais, mostrando conformidade e não conformidade) e operacionais (como o relatório de eficiência das estações). O relatório de eficiência compara dados válidos com o potencial de geração de dados, ajudando a identificar problemas técnicos que afetam a performance da estação. Após a apresentação, a Dra. Alexandra Faccioli Martins (GAEMA) questionou se o uso do sistema seria opcional e mais voltado ao usuário do que ao público, sugerindo que a inclusão no SIMQUA pudesse ser exigência de licenciamento. O Sr. Luis Altivo esclareceu que os limites no sistema têm caráter apenas técnico e serão supervisionados pela Cetesb para evitar uso indevido. A Sra. Lilian explicou que, embora o sistema permita definir a publicidade dos dados, a obrigatoriedade do monitoramento automático via licenciamento ainda não é algo concreto e dependerá de discussões futuras com as agências ambientais. Os Srs. Eduardo Leo e Luis Altivo destacaram que, mesmo inválidos e ocultos ao público, os dados permanecem no sistema, podendo ser consultados e reclassificados pela Cetesb, o que garante sua segurança e integridade. Diante disso, a Dra. Alexandra sugeriu que os relatórios incluam observações sobre os limites considerados e os períodos suprimidos, a fim de facilitar a análise dos dados. Por fim, a Sra. Lilian informou que o sistema será apresentado na Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, com demonstração de suas funcionalidades, esclarecimento de dúvidas e incentivo à participação dos membros. Também propôs que a adesão seja inicialmente voluntária e gradual, permitindo testes e ajustes com base no *feedback* dos primeiros usuários.

Quanto ao item 5, a Sra. Lilian Peres informou que com relação ao POP do sistema de alerta, a Cetesb está trabalhando em seu procedimento interno, pois ainda há pontos a serem definidos. A Dra. Alexandra ressaltou a necessidade de aprimorar o acionamento da Cetesb, destacando falhas no 0800 e na clareza dos canais de comunicação, e sugeriu que o POP incluía os telefones de plantão. Diante disso, os membros concordaram que após a atualização do documento com as contribuições da Sala de Situação, a Cetesb fará a avaliação e, posteriormente será enviado aos membros do GT para coleta de contribuições.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Lilian agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

011.04.02.006

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 41ª Reunião do GT-Qualidade

Próxima reunião:	14/10/2025, às 9:30h – 42ª Reunião do GT-Qualidade.
Observações:	SAISP - link SIMQUA - link Sala de Situação – Boletins Mensais - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)	
1	Alexandra Faccioli (GAEMA)
2	Ana Beatriz Cruzatto (Agência das Bacias PCJ)
3	Ana Beatriz Sepulveda de Oliveira (Agência das Bacias PCJ)
4	André Caramello (Clean Environment Brasil)
5	Bruno Antunes Zampaulo (Agência das Bacias PCJ)
6	Cátia Andersen Casagrande (SP Águas)
7	Cristiano Augusto Leonardo (Clean Environment Brasil)
8	Eduardo Leo (Agência das Bacias PCJ)
9	Ivan Canalle (SEMAE)
10	Janaína Alves dos Santos (DAE Jundiaí)
11	Karoline de Goes Dantas (SP Águas)
12	Lilian Barrella Peres (Cetesb)
13	Luís Altivo Carvalho Alvim (Cetesb)
14	Luís Filipe Rodrigues (P.M de Campinas/SANASA)
15	Maria das Graças Martini (DAE Jundiaí)
16	Michele Consolmagno (INEVAT)
17	Nathalia Teles da S. Corá (Agência das Bacias PCJ)
18	Tainá Moura (Agência das Bacias PCJ)
19	Thaís Martins (SAAE Atibaia)
20	Valter Ferreira (Cetesb)